

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RODRIGO OTTO DA SILVEIRA

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE NAS
EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo**

**Cacoal
2008**

RODRIGO OTTO DA SILVEIRA

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE NAS
EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

Cacoal
2008

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE NAS
EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE – RO

Por

RODRIGO OTTO DA SILVEIRA

Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, Curso de Ciências
Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis, mediante a Banca
Examinadora, formada por:

Presidente

Prof^a Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira – Orientadora/UNIR

Membro

Prof^a Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato - UNIR

Membro

Prof^o Ms. Wellington Silva Porto - UNIR

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE NAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE – RO

Rodrigo Otto da Silveira¹

RESUMO: Os Princípios Fundamentais de Contabilidade foram instituídos pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 750/93, que têm como objetivo a padronização e o suporte na execução da profissão contábil no Brasil. São sete os princípios Fundamentais de Contabilidade. O Princípio da Entidade, o primeiro deles determina que o patrimônio da empresa deve ser distinto do patrimônio do empresário. Verificar se o Princípio da Entidade está sendo respeitado pelos empresários na execução das atividades das empresas, destacando os controles internos utilizados como auxílio para o cumprimento desta exigência, e se os profissionais contábeis estão dando assessoria a seus clientes quanto à prática deste princípio foram os principais objetivos deste trabalho. Para alcançar os objetivos foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o assunto, seguida de pesquisa de campo para a verificação da aplicação do Princípio da Entidade nas empresas do município de Alta Floresta D'Oeste – RO. Foram entrevistadas 85 empresas no centro comercial do município, utilizando como técnica de pesquisa um formulário semi-estruturado. A pesquisa revelou que 80% dos proprietários ou administradores possuem o conhecimento de que devem administrar o patrimônio da empresa separado do patrimônio pessoal do empresário. No entanto, para muitas empresas, este conhecimento foi adquirido com o tempo e não através de assessoria de seus profissionais contábeis. A pesquisa também revelou que as empresas mesmo conhecendo o princípio da Entidade não o aplicam em suas atividades internas, onde as principais ocorrências estão na movimentação bancária, na utilização de capital da empresa para pagamento de despesas pessoais.

Palavras-chave: Contabilidade. Princípios Contábeis. Entidade. Patrimônio.

INTRODUÇÃO

Toda entidade ao ser formada possui uma finalidade que pode ser econômica ou social. Quando criado com fins econômicos, a mesma tem como principal objetivo a obtenção de lucros através de suas atividades, lucros estes que devem ser obtidos somente com os seus próprios esforços e não acrescidos de outras fontes de rendas que eventualmente venham ter seu proprietário, e para que isso possa acontecer, é de fundamental importância que exista uma separação entre o patrimônio pertencente a entidade e o patrimônio do proprietário.

Realizar a distinção patrimonial é o que exige o Princípio da Entidade, primeiro dos sete Princípios Fundamentais de Contabilidade, e o não cumprimento desta exigência pelas entidades em suas atividades internas pode levá-las a passar por dificuldades como identificar

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, sob a orientação da Professora Mestre Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

qual atividade está gerando lucro, problemas de caixa e até sua continuidade no mercado. No entanto, é necessário que o empresário receba a devida assessoria quanto a prática desta obrigação, papel este que deve ser desempenhado pelo profissional contábil. Mas também existe a necessidade do administrador da empresa estar efetuando controles internos, com o objetivo de impedir que determinados atos venham a comprometer a autonomia patrimonial da empresa.

O presente trabalho teve como objetivo geral verificar se o Princípio da Entidade está sendo aplicado nas empresas do município de Alta Floresta D'Oeste, bem como destacar a importância do mesmo para a obtenção de resultados autônomos em cada atividade empresarial e particular desenvolvida, visando a análise da rentabilidade de cada negócio. E teve como objetivos específicos: abordar os princípios Fundamentais de Contabilidade, com ênfase no princípio da Entidade; verificar por meio de entrevista se as empresas do município de Alta Floresta D'Oeste cumprem o Princípio da Entidade nas suas atividades internas; verificar se as empresas pesquisadas recebem orientação de seus contadores quanto à prática do Princípio da Entidade nas operações internas; identificar quais os tipos de controles internos são adotados pelas empresas pesquisadas, visando salvaguardar o patrimônio e o envio de informações confiáveis para a contabilidade; e comparar os resultados obtidos na pesquisa de campo, entre as empresas micro, pequeno, médio e grande porte, quanto a aplicação do Princípio da Entidade.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância que o princípio em análise possui para a contabilidade, e pela importância da obtenção de dados referentes ao conhecimento e prática da separação patrimonial pelas empresas do município, uma vez que não se possui conhecimento de pesquisa semelhante na região.

Diante do exposto, o problema que se apresenta é se os empresários estão cumprindo o que é exigido por este princípio, ou os mesmos desconhecem tal obrigação por não receber orientação de seus contadores quanto a esta prática?

Para a realização deste artigo, inicialmente, recorreu-se a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, leis e resoluções para a formação da base teórica do mesmo. Na sequência, para a realização da pesquisa de campo foi solicitado à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO, via ofício, a quantidade de empresas ativas no município, para se conhecer o universo da pesquisa. Por meio de documento, a Prefeitura através do departamento de receita e cadastro informou que o município possui aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta) empresas ativas, conforme anexo A.

O método de abordagem desta pesquisa foi o dedutivo com pesquisa quantitativa.

O método de amostragem utilizado foi a probabilística por área, e o critério utilizado para a seleção da amostra é o por conglomerado, segundo Gil (2006, p. 123) “conglomerados típicos são quarteirões, famílias, organizações, edifícios, fazendas, etc.”.

A técnica de pesquisa utilizada foi o formulário semi-estruturado de entrevista, o qual continha 16 questões, sendo questões fechadas e de múltipla escolha. Antes da aplicação do mesmo foi realizado um teste em três empresas para verificar a eficácia do formulário de pesquisa.

A pesquisa foi aplicada no centro comercial da cidade, onde abrangeu a Avenida Brasil no perímetro entre as Ruas Sergipe e Espírito Santo, a Avenida Rio Grande do Sul e a Avenida Rondônia no perímetro entre a Praça Castelo Branco e a Rua Pernambuco. Foram visitadas 112 empresas durante os dias 06,08 e 09 de maio de 2008, e destas 85 responderam a entrevista, 20 não foram encontradas e 7 se recusaram a responder.

Depois da pesquisa os dados foram tabulados, para posterior análise e formação das considerações finais.

1 CONTABILIDADE

1.1 Contexto histórico

É difícil precisar exatamente como nasceu a contabilidade (NAGATSUKA e TELES, 2002), mas através de registros encontrados em cavernas e grutas pode-se afirmar que a mesma tem seu início perdido em tempos remotos, uma vez que tais registros comprovam que o homem primitivo evidenciava sua riqueza patrimonial através de pinturas em paredes, marcações em ossos e outros métodos (SÁ, 2006).

A contabilidade foi-se aprimorando, acompanhando as necessidades de cada época, sendo que diversos fatos relevantes da história também deram grande impulso ao seu desenvolvimento como ciência, alguns fatos que podem ser citados são: o surgimento da escrita, descobrimento da América a revolução industrial, dentre outros (NAGATSUKA e TELES, 2002).

Na idade média, com o surgimento do trabalho assalariado e de grandes invenções, a contabilidade se aperfeiçoou e se tornou mais complexa, foi nesta época que apareceu pela primeira vez a conta capital (LIMA; SANTOS; BARBAIS, 2007)

A partir do século XII a Itália passara por grandes mudanças, sua economia crescia impulsionada pelas cruzadas e pelo aumento significativo de sua população, tais fatos foram

de suma importância para a contabilidade, uma vez que os mesmos propiciaram o surgimento do principal divisor de águas da contabilidade, as partidas dobradas (SANTOS; SCHMIDT; MACHADO, 2005).

O quadro 1 demonstra fatos e datas que foram de extrema relevância para o surgimento das partidas dobradas.

Quadro 1 - Cronograma de fatos que propiciaram o surgimento das partidas dobradas.

1200	Com a revolução comercial surgem as primeiras manifestações práticas: o sistema de partidas dobradas em Veneza, Gênova e Florença;
1202	Fibonacci escreve o primeiro livro sobre comércio, fim da era antiga da contabilidade e início da era moderna;
1300	Surgimento do primeiro balanço patrimonial em uma companhia de Florença.

Fonte: Santos; Schmidt; Machado (2005, p. 64)

O método das partidas dobradas teve sua primeira divulgação, com grande repercussão, através do livro *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por Partidas Dobradas) do Frei Luca Pacioli, que foi publicado em 1494. No entanto, o mesmo não foi o criador das partidas dobradas, mas sua obra foi a responsável em disseminar o método para a Europa e posteriormente, ao restante do mundo (PEREZ JUNIOR e BEGALLI, 2002).

Na época de Pacioli, o principal objetivo que a contabilidade possuía era o de gerar informações apenas para o proprietário, que as utilizavam como fonte para adquirir empréstimos. Neste período as informações eram na maioria das vezes de caráter sigiloso. Outro fato relevante é o de que em grande parte dos casos não existiam as separações entre os patrimônios da empresa e de seu proprietário. Também não existia um conceito de período contábil ou de continuidade da empresa, uma vez que empresas eram criadas para operarem em um curto espaço de tempo. E, um último ponto relevante que acontecia naquela época era a inexistência de um padrão monetário, onde, na maioria das vezes, os relatórios tinham que ser muito extensos por conterem diversos dados como peso, medida, a moeda em que foi adquirida, entre outros (PEREZ JUNIOR e BEGALLI, 2002).

Após a publicação da obra de Pacioli até início de 1800, a contabilidade viveu um período conhecido como idade da estagnação contábil, embora tenha sido neste período que as partidas dobradas se difundiram e se consolidaram pelo mundo (SANTOS; SCHMIDT e MACHADO, 2005).

A era da estagnação teve fim com o advento de um fato histórico de grande importância para a contabilidade, a Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra no

século XVIII. Neste período as técnicas contábeis tiveram um grande salto em aprimoramento. Foi neste período que a atividade econômica passou de artesanal para industrial, com isso os ativos fixos começaram a representar um valor muito significativo para a produção, o que fez a depreciação se tornar um cálculo necessário. Nesta mesma época, houve o surgimento das sociedades por ações, surgindo assim também a figura do investidor e do administrador, o que fez com que o foco da contabilidade passasse a ser o usuário externo também, ou seja, o investidor necessitava saber como estavam indo os seus negócios (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

Até o início do século XX, a Itália foi soberana na área contábil, tanto que este período ficou conhecido com “escola italiana”, mas a partir do ano de 1920 os Estados Unidos entraram em plena ascensão econômica e cultural, o que culminou com a decadência da escola italiana dando lugar a “escola norte-americana”, onde a mesma aprimorou as técnicas da escola italiana, e mostrou ao mundo através de estudos a importância da contabilidade como ferramenta para a tomada de decisões, bem como a formação dos profissionais contábeis através de universidades (NAGATSUKA e TELES, 2002).

Pode-se notar que a contabilidade passou por grandes transformações durante a história, e segundo Perez Junior e Begalli, (2002, p. 18) “a contabilidade hoje já possui um corpo teórico e um conjunto de convenções, princípios e procedimentos derivados de necessidades diversas”, já Lima, Santos e Barbais (2007) tece o seguinte comentário:

A Contabilidade evoluiu e ainda tem muito que evoluir, partiu-se de muitos povos e regiões, mas esta ciência é uma só, baseada em princípios, postulados e normas. Usada por muitos, porque no mundo em que vivemos a contabilidade se tornou um dos pilares que sustenta o sistema capitalista.

No mundo globalizado a contabilidade se tornou uma ferramenta indispensável para que as entidades possam obter resultados positivos em suas atividades, promovendo desta forma a sua continuidade no mercado.

1.2 Conceito e importância

A contabilidade já foi vista e conceituada como a Arte de escriturar livros e contas, no entanto a utilização deste termo se tornou totalmente ultrapassado assim como diz Orrú (1991, p. 12) “hoje não mais se aceita esta afirmativa, porque escrituração, embora muitos a confundam com a própria ciência da contabilidade, é técnica utilizada para o registro das ocorrências que modificam o patrimônio”.

A contabilidade desempenha um papel muito mais importante no mundo globalizado e competitivo, onde é vista como uma importante ferramenta para a tomada de decisões por parte de seus usuários, uma vez que suas técnicas são empregadas com o intuito de fornecer informações, bem como a interpretação de fatos que possam afetar o estado do patrimônio da entidade. De acordo com Orrú (1991 p. 13) “vê-se que a ciência da Contabilidade tem grande amplitude, bem diferente da restrita técnica de simples registros (escrituração)”.

Franco (1997, p.21) conceitua Contabilidade da seguinte forma:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação necessárias à tomada de decisões sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Sá (2006, p. 42) conceitua contabilidade como “a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

1.3 Objeto de estudo

Toda e qualquer ciência possui o seu objeto de estudo, para a contabilidade ele vem a ser o Patrimônio das entidades, o qual a mesma busca evidenciar, controlar, e transmitir aos seus proprietários todas as informações necessárias sobre seu estado, dando assim suporte a tomada de decisões por parte de seus administradores. Franco (1992, p. 25) diz que “o patrimônio é o objeto de estudo da Contabilidade, pois sobre ele se exercem as funções dessa ciência, que o estuda, o controla e o demonstra de forma expositiva, através das demonstrações contábeis, alcançando-se assim a finalidade informativa da contabilidade”.

No início da civilização, o homem não possuía patrimônio, o mesmo retirava da natureza aquilo que necessitava para a sua sobrevivência momentânea, sem se preocupar com o futuro. No entanto, com passar do tempo e com o desenvolvimento de seu raciocínio, o mesmo começou a perceber que necessitava estocar alimentos, passou a querer mais peles de animais para se vestir, e a partir deste momento começou a formar seus patrimônios compostos apenas por seus bens (FRANCO, 1992, p. 26).

Na sociedade contemporânea, contabilmente o patrimônio é composto de bens, direitos e obrigações, valorados monetariamente, os quais são pertencentes a uma pessoa, empresa ou sociedade, independente do mesmo ser destinado a geração de lucros ou não, (RESOLUÇÃO CFC nº 774/94). Segundo a mesma Resolução, cada patrimônio deve ser

sempre autônomo perante outros patrimônios.

Os bens são todos os recursos à disposição da entidade para que a mesma possa alcançar seus objetivos, representando assim, a parte positiva do patrimônio, conhecida como ativo. Em contra partida, o patrimônio também possui seu lado negativo, chamado de passivo.

Além da contabilidade, outras ciências também utilizam o patrimônio como objeto de estudo a partir de outros ângulos, dois exemplos a serem citados são a Economia e o Direito.

2 ENTIDADE

De acordo com Ribeiro (2005, p. 11), para entender a contabilidade e como ela atua é preciso entender o pano de fundo de sua atuação, isto é, as entidades, de todas as naturezas e fins. Segundo Iudícibus *et al.* (*apud*, OLIVEIRA e LEITE FILHO, 2006):

Toda entidade é formada por um conjunto de pessoas e de recursos que organizadamente exercem a atividade econômica, tendo objetivos que podem ser econômicos ou sociais. Percebe-se que, para as pessoas que exercem as atividades econômicas, o objetivo dessas entidades tem se fixado na geração de riquezas e na produção de lucro para os sócios.

São abrangidos pelo termo entidade, a Pessoa Física e a Pessoa Jurídica. Toda pessoa ao nascer e ao ser registrada se torna uma pessoa física, já a pessoa jurídica tem seu nascimento a partir do momento em que uma ou mais pessoas físicas resolvem explorar alguma atividade comercial, industrial, de prestação de serviços, entre outras. Onde as mesmas dirigem-se a órgãos competentes, a fim de registrarem legalmente a entidade, obtendo assim o título de pessoa jurídica (ORRÚ, 1991). De acordo com Santos, Schmidt e Machado (2005), são compreendidos pelo termo “pessoa jurídica”: as empresas, governos, sociedades beneficentes, religiosas, culturais, esportivas, de lazer, técnicas, cooperativas dentre outras.

A Entidade Contábil, segundo o postulado da Entidade, possui quatro dimensões distintas sendo elas Jurídica, Econômica, Organizacional e Social.

A entidade, em sua dimensão jurídica, é aquela que se distingue dos seus sócios, ou seja, a separação dos patrimônios da pessoa física representada pelo proprietário, e da Pessoa Jurídica, representada pela empresa, para que se possa desta forma apurar o resultado financeiro obtido por ambos separadamente. Economicamente, ela se caracteriza pelo seu patrimônio, o qual deve ser acompanhado constantemente pela contabilidade. Em seu âmbito organizacional, Entidade é aquela em que uma ou mais pessoas estão controlando as despesas e receitas que são geradas através do patrimônio investido, e finalmente na dimensão social, é aquela que é avaliada não só pela sua utilidade particular, mas por sua contribuição em

benefícios sociais. No entanto, para que uma entidade seja considerada pela contabilidade como uma Entidade contábil, ela necessita englobar as quatro dimensões citadas, uma vez que para a mesma nenhuma das quatro dimensões separadamente é suficientemente capaz de configurar uma Entidade contábil (RIBEIRO, 2005).

As entidades de fins econômicos no Brasil também são conhecidas como empresa, onde a mesma é definida por Gomes e Gottschalk (*apud.* RAPOZO, 2004) “como organizações nas quais há um certo número de empregados, desenvolvendo uma atividade comum, sob a autoridade de um chefe investido no poder de direção”.

No Brasil, toda empresa é classificada de acordo com o seu porte, a tabela 1 mostra o enquadramento da micro e da pequena empresa, segundo o faturamento das mesmas:

Tabela 1 - Classificação e enquadramento das empresas no Brasil segundo a Receita Bruta

MICROEMPRESA	Até R\$ 240.000 por ano	Lei Complementar nº 123/06
PEQUENO PORTE	Acima de R\$ 240.000 e até R\$ 2.400.000	Lei Complementar nº 123/06

Fonte: Lei Complementar nº 123/06

São consideradas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aquelas que obtiverem receita bruta anual conforme os dados mencionados na tabela 1, e segundo o Art. 3º em seu Inciso II e § 1º da Lei Complementar nº 123/06:

Considera-se receita bruta, [...] o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Em caso da empresa iniciar suas atividades com ano já em andamento, serão os valores mencionados considerados proporcionalmente aos meses que forem trabalhados (Lei Complementar nº 123/06).

Como não há uma faixa de faturamento que define a empresa de médio e de grande porte na legislação tributária, o mesmo não será apresentado. Porém, outros órgãos definem as mesmas conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 2 – Enquadramento das empresas de médio e grande porte

PORTE	BNDES carta circular nº 64/2002 (segundo faturamento)	SEBRAE (segundo nº de funcionários)	
		Indústria	Comércio/Serviços
Médio Porte	10,5 milhões e R\$ 60,0 milhões	Até 499 pessoas	Até 99 pessoas
Grande Porte	Acima de R\$ 60,0 milhões	500 ou mais pessoas	100 ou mais pessoas

Fonte: SEBRAE e BNDES

3 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

A Contabilidade passou por grandes transformações durante a história, suas técnicas foram se aprimorando e com isso surgiu a necessidade de existir um padrão na forma de se executar tais técnicas entre os profissionais da área, para que assim a contabilidade fosse efetuada de maneira satisfatória. Com isso, ao longo do tempo vários mecanismos surgiram com o intuito de ajudar a contabilidade a exercer sua função de forma uniforme e de maneira segura, proporcionando ao contador toda a base legal para a execução de seus trabalhos.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade são um destes mecanismos que surgiram com este intuito. No entanto, princípios não surgem do acaso, eles são as respostas de vários problemas que os profissionais contábeis enfrentaram na prática de suas funções durante a evolução da contabilidade, e para que um princípio passe a ser aceito, o mesmo tem que ser reconhecido pela sua utilidade ou relevância, objetividade e praticabilidade pelo consenso profissional (IUDÍCIBUS, 1998).

Segundo a Resolução nº 774/94 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade os princípios constituem sempre as vigas-mestra de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância.

Sá (2007, p. 23), assim define os Princípios Fundamentais de Contabilidade:

Os denominados Princípios Fundamentais de Contabilidade são macrorregras para a política informativa patrimonial das aziendas ou entidades, baseados em doutrinas e teorias científicas, tendo por objetivos básicos uniformizar a terminologia, aproximar a imagem fiel do patrimônio e guiar as normas gerais reguladoras dos sistemas informativos.

A aplicação dos Princípios na Contabilidade se estende a todos os patrimônios de todas as entidades, desde que as mesmas sejam autônomas em relação aos demais patrimônios que possivelmente venham a existir. E uma vez aplicados a todos os patrimônios, sua observância traz como consequência, a geração de informações úteis e confiáveis para a tomada de decisões (SANTOS, SCHMIDT e MACHADO, 2005).

3.1 Princípios Fundamentais de Contabilidade no Brasil

Em 1986, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, publicou um estudo realizado pelo IPECAFI – Instituto Brasileiro de pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, no qual atualizava-se os princípios brasileiros de contabilidade, e no mesmo ano a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, assumiu tal estudo como regulamentar para as

companhias abertas. Em 1993, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução nº 750 institui os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O quadro 2 apresenta um comparativo entre os princípios de acordo com cada instituto:

Quadro 2: Comparativo entre os Princípios de acordo com cada instituto.

Ipecafi CVM/Ibracon	CFC Resolução nº 750/93	Conceito	Obs.:
Entidade	Entidade	Não confundir os patrimônios	Empresa X Sócios
Continuidade	Continuidade	Sem horizonte definido	O contrario da descontinuidade ou falência
Custo como base de valor	Registro pelo valor nominal e atualização monetária	Valor de compra, valores de entrada	Exceção se o valor de mercado for menor
Realização da receita	Oportunidade	O momento do reconhecimento	
Confronto das despesas com as receitas no período contábil	Competência de exercícios e oportunidade	Apropriação no período de receitas e despesas para apuração do resultado	Conflita com o regime de caixa
Denominador comum monetário	Atualização monetária	Capacidade de agregação de valores contábeis	Correção monetária proibida pela Lei nº 9.249/95
Objetividade	Não considerado	Certeza, confirmação quanto aos valores	
Conservadorismo	Prudência	Os menores ativos, os maiores passivos	Custo ou mercado dos dois o menor
Materialidade	Não considerado	Apropriar os valores imateriais em resultados	
Consistência	Não considerado	Manter os critérios na avaliação de diversos períodos	No caso de mudanças, evidenciá-las

Fonte: Perez Junior e Begalli (2002, p. 66). Adaptado pelo autor.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade também são citados pela Lei nº 6.404/76, onde o Art. 177 diz que: “A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos”, no entanto a lei não menciona quais são tais princípios.

3.2 Princípios Fundamentais de Contabilidade no Brasil segundo o Conselho Federal de Contabilidade

Instituídos pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 750 de 29 de dezembro de 1993, os Princípios Fundamentais de Contabilidade são de caráter obrigatório para o exercício da profissão contábil no Brasil, onde sua inobservância acarreta penalidades previstas no Decreto-lei nº 9.295, quando aplicável ao Código de Ética dos

Contadores.

De acordo com o art. 3º da Resolução nº. 750 do CFC, são sete os Princípios Fundamentais de Contabilidade: Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Atualização Monetária, Competência, Prudência.

3.2.1 Princípio da Entidade

O Princípio da Entidade representa para a Contabilidade o início do encadeamento do raciocínio contábil, e pode ser considerado como armação de toda estrutura da disciplina (IUDÍCIBUS e MARION, *apud* OLIVEIRA e LEITE FILHO, 2006).

O primeiro dos sete princípios, o qual reconhece o patrimônio como o objeto de estudo da contabilidade, deixa claro que se deve haver a autonomia total do patrimônio da entidade perante os demais patrimônios existentes, ou seja, o patrimônio que foi registrado como pertencente a pessoa jurídica não pode ser confundido com o patrimônio do proprietário ou com qualquer outro patrimônio que venha a existir (RESOLUÇÃO nº 750/93 do CFC).

Segundo Sá (2007, p. 56) o que a Resolução fixa, portanto, como bases, são as seguintes razões:

A entidade é autônoma;
O patrimônio da entidade é o objeto da ciência contábil;
O patrimônio da entidade não se confunde com aquele de seus proprietários;
O patrimônio é parte da entidade;
Agregados de patrimônio podem formar uma unidade para fins econômico-contábeis.

Não existe uma hierarquização de um princípio sobre o outro, mas pode-se concluir que o da Entidade possui uma importância bem maior perante os demais, pois o descumprimento do mesmo já é suficiente para que os demais princípios perdessem seu sentido, assim como afirma a Resolução nº 774/94 d CFC onde diz que “sem autonomia patrimonial fundada na propriedade, os demais Princípios Fundamentais perdem o seu sentido, pois passariam a referir-se a um universo de limites imprecisos.

A inobservância deste princípio representa um grave problema para a geração de relatórios contábeis, pois uma vez que o capital utilizado para as movimentações financeiras da empresa deixou de ser único e exclusivo da mesma, os mesmos perdem sua eficiência, visto que deixam de refletir o real estado da entidade, e com isso seria questionável o lucro ou prejuízo representado neles. Uma forma de se evitar a utilização de capital particular para a movimentação financeira da empresa seria que, em caso de alguma eventualidade necessitando a empresa de recursos para a quitação de uma dívida, e por alguma razão a

mesma não o possuir naquele momento, sendo necessário o empresário utilizar capital de seu patrimônio particular para solucionar tal problema, deve a contabilidade registrar este fato como um empréstimo por parte da pessoa física (proprietário) para a pessoa jurídica, para que futuramente a empresa devolva este capital ao proprietário, devendo o mesmo acontecer caso a situação se inverta (MARION, 1998).

Outra forma de se evitar o descumprimento deste princípio é a retirada de fato do pró-labore pelos sócios, assim as despesas pessoais do mesmo podem ser cobertas com este dinheiro. O pró-labore deve ser estipulado de forma que supram as necessidades dos sócios e ao mesmo tempo, deve ser compatível ao caixa da empresa (SEBRAE, 2008).

3.2.2 Princípio da Continuidade

Uma entidade nunca é criada com o intuito de vir a falência, pois a mesma é considerada um organismo vivo, e como tal, seu objetivo é de se manter em atividade por um período de tempo indeterminado, onde tal situação só se alteraria havendo evidências fortes o suficiente que provem o contrário (BESERRA, 1999).

A Resolução nº 750/93 do CFC, traz em seu artigo 5º o Princípio da Continuidade, onde o mesmo determina que:

CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

A vida operacional da empresa, segundo tal princípio, se condiciona ao fato de como se desenvolverão as operações realizadas pela entidade, e sua aplicação se estende até o momento que ocorra a completa cessação de suas atividades. Ainda segundo este princípio, a suspensão das atividades pela entidade pode provocar efeitos de utilidade nos ativos, até mesmo a perda do total de seu valor (SANTOS; SCHMIDT e MACHADO, 2005).

O Princípio da Continuidade passa a ter maior importância se correlacionado com o Princípio da Entidade, pois uma vez inexistente a distinção patrimonial, se torna mais difícil manter a entidade em funcionamento por tempo indeterminado (OLIVEIRA e LEITE FILHO, 2006).

3.2.3 Princípio da Oportunidade

Este princípio é a base indispensável à fidedignidade das informações referentes ao patrimônio das entidades, tendo ele como objetivos principais a tempestividade e a integridade dos fatos contábeis (SANTOS et al., 2006).

O Princípio da Oportunidade está fixado no art. 6º da Resolução nº 750/93 do CFC, o qual “refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram”.

A tempestividade mencionada diz que tão logo um fato contábil ocorra, o mesmo deve ser registrado, para que assim os dados referentes ao patrimônio da Entidade possam refletir seu real estado naquele momento (SANTOS et al., 2006).

Já a integridade diz quanto a necessidade dos fatos serem reconhecidos em sua totalidade, sem neles faltarem informações ou excederem informações. Sá (2006, p. 99) diz que: “a integridade é uma abrangência sincera, honesta, com relação a todas as ocorrências patrimoniais”.

3.2.4 Princípio do Registro pelo Valor Original

Todos os componentes que integram o ativo da Entidade devem ser registrados pela contabilidade pelo valor que foram adquiridos e constantes no documento de compra, e com exceção dos elementos sujeitos a amortização, depreciação ou exaustão seu valor registrado não é alterado (BESERRA, 1999).

Tal princípio tem sua legalidade assegurada no Art. 7º da Resolução nº 750/93 do CFC, e o mesmo ainda exige que toda transação comercial ou ativo adquirido em outros países deve ser registrado pela contabilidade com a moeda corrente no Brasil. E segundo Beserra (1999, p. 38), “esse princípio surgiu muito mais em função do objetivo de verificação do lucro do que qualquer outro”.

3.2.5 Princípio da Atualização Monetária

Fixado pelo art. 8º da Resolução nº 750/93 do CFC, determina que: “Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes”. Tal

princípio é essencial em razão de que a moeda geralmente passa por valorização e desvalorização constantes, sendo assim necessário a atualização dos valores, assim como afirma Santos, Schmidt e Machado (2005, p. 42), ao dizer que:

O princípio da atualização monetária existe em função do fato de que a moeda, embora universalmente aceita como medida de valor, não representa unidade constante de poder aquisitivo. Conseqüentemente, sua expressão formal deve ser ajustada, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, via de decorrência, o patrimônio líquido.

Entretanto, em 1995 em virtude da estabilidade que a moeda nacional brasileira adquiriu, foi promulgada a Lei nº 9.249, onde estabelece que a partir do dia 1º de janeiro de 1996 não se utiliza mais a correção monetária, tal fato é expresso no parágrafo único do art. 4º da referida lei onde menciona que: “fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários”.

3.2.6 Princípio da Competência

O princípio da competência diz que todas as despesas e receitas que a entidade possuir dentro do mês devem ser registradas no mesmo período. Este princípio é o oposto do regime de caixa, o qual só reconhece a operação assim que ocorre uma movimentação financeira no caixa da empresa (SANTOS; SCHMIDT e MACHADO, 2005).

Tal princípio está amparado pela Resolução nº 750/93 do CFC, em seu artigo 9º, onde é determinado que “as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento”.

A realização da receita é considerada concretizada quando ocorre no momento em que é efetuada a entrega de um bem ou a realização de um serviço para terceiros mediante pagamento em valores monetários ou de forma de pagamento a qualquer prazo assumido através de documento formal (RESOLUÇÃO CFC nº 774/94).

Já a realização das despesas, pode ocorrer com seu fato gerador ou através da diminuição de seu valor (SÁ, 2007), Um exemplo a ser citado, é a aquisição de um determinado item que irá beneficiar a empresa durante seis meses, no entanto, seu pagamento foi realizado à vista no momento da aquisição, de acordo com o regime de caixa sua realização seria considerada com o pagamento, porém, de acordo com o Princípio da Competência, deverá a contabilidade reconhecer a despesa durante os seis meses, apropriando assim, um sexto de seu valor durante cada mês.

3.2.7 Princípio da Prudência

Este princípio determina sobre a atenção que deve ter o profissional contábil ao se deparar com um fato em que foi constatado a existência de dois valores que podem ser atribuídos a um mesmo elemento do ativo ou passivo, e uma vez que este fato tem influência direta com resultado do patrimônio líquido, deve ele, o profissional, sempre optar pelo menor valor para itens do ativo e pelo maior valor para os do passivo (BESERRA, 1999).

O Princípio da Prudência está fixado no Art. 10 da Resolução nº 750/93 do CFC, o qual determina que “[...] a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido”.

Santos, Schmidt e Machado (2005, p. 51) fazem o seguinte comentário sobre a aplicação deste princípio:

A aplicação do princípio da prudência não deve levar a excessos, isto é, a situação classificáveis como manipulações do resultado, com a conseqüente criação de reservas ocultas. Pelo contrário, deve constituir garantia de inexistência de valores artificiais, de interesse específico de determinados usuários, especialmente administradores e controladores, aspecto muito importante nas entidades integrantes do mercado de capitais.

Se aplicados corretamente os Princípios Fundamentais de Contabilidade, possuem o suporte necessário para que a Contabilidade possa transmitir aos seus usuários dados concretos e confiáveis sobre o patrimônio da entidade, permitindo assim, que seus administradores possam traçar metas e tomarem as decisões que forem mais cabíveis para promover a sua continuidade. Entretanto, para que a Contabilidade possa desempenhar seu papel com total segurança, faz-se necessário que a entidade mantenha um sistema de controle sobre todas as suas atividades internas para que sejam à contabilidade também fornecidos dados fidedignos.

4 CONTROLE INTERNO

Diante da importância que os princípios possuem e sua correta aplicação, bem como a separação do patrimônio, é fundamental que a empresa adote sistemas de controle interno para auxiliá-la neste processo, os quais aplicados corretamente proporcionam a empresa uma visão de seu desempenho, dando garantia a seu desenvolvimento, bem como a geração de dados contábeis confiáveis.

O AICPA (apud ATTIE 2006, p. 110) dispõe o seguinte sobre os controles internos:

O controle interno compreende o plano de organizações e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçados pela administração.

Os controles internos podem ser divididos em controle contábeis e controles administrativos. Segundo Machado (2007) controles contábeis são aqueles que “visam fornecer à administração informações claras, objetivas, confiáveis e em prazos adequados, para auxiliar na tomada de decisão, gestão e avaliação dos resultados obtidos”. Controles administrativos de acordo com Perez Junior (apud. MACHADO, 2007) “compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos relacionados com a eficiência operacional, bem como o respeito e a obediência às políticas administrativas”.

Um dos principais objetivos do controle interno segundo Morais (2008) é “proteger o patrimônio [...] para que não haja perda, não corra riscos por causa dos erros ou das irregularidades”, onde o mesmo autor cita alguns dos controles internos que pode a empresa adotar, sendo ele: controle de caixa, controle de bancos; controles de contas a receber; e controle de contas a pagar. Contudo, pode-se incluir também nesta lista o controle de documentos que devem ser enviados a contabilidade.

É de fundamental importância que a Entidade sempre mantenha em suas atividades controles internos, pois desta forma, além de estar se protegendo de fraudes, ela estará sempre transmitindo a contabilidade dados consistentes, que propiciaram relatórios de qualidade que demonstrarão o seu real estado, como afirma Almeida (2007, p. 63) ao dizer que “O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Muitas empresas não possuem conhecimento do que é controle interno, acreditam que possuindo funcionários confiáveis estão totalmente protegidas de erros e fraudes, o que também não é errado manter confiança em seus funcionários, entretanto a existência de um sistema de controle interno garante maior confiabilidade nos dados gerados pela empresa, além de prevenir erros involuntários, desperdícios e fraudes (ATTIE, 2006).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Alta Floresta D'Oeste que está localizado na Zona da Mata do estado de Rondônia, o qual possui segundo dados do Censo 2007 realizado pelo IBGE, uma população de 23.857 (vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e sete)

habitantes, e segundo dados da prefeitura municipal, via ofício, o município possui 450 (quatrocentos e cinquenta) empresas ativas.

Para realização da pesquisa, visitou-se um total de 112 empresas no centro comercial do município nos dias 06, 08 e 09 de maio de 2008. Onde, destas, 85 responderam a entrevista, 20 não foram encontradas, e 7 se recusaram a responder. Após a realização das entrevistas, os dados foram tabulados e analisados.

Tabela 3 – Informações básicas sobre as empresas pesquisadas

Vínculo do entrevistado com a empresa					
Proprietário			Gerente		
91%			09%		
Porte da Empresa					
Microempresa	Pequeno Porte		Médio Porte		Grande Porte
84%	16%		-		-
Tempo que a empresa esta no mercado					
0 a 2 anos	2 a 4 anos	4 a 8 anos	8 a 10 anos	10 a 15 anos	+ de 15 anos
12%	14%	22%	14%	16%	22%
A empresa possui contabilidade					
Sim			Não		
99%			01 %		

Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

Ao início de cada entrevista, o primeiro questionamento feito foi referente ao vínculo que o entrevistado possui com a empresa, dos quais 91% responderam ser os proprietários e 9% gerentes. Das empresas pesquisadas, 84% estão enquadradas como microempresas e 16% são empresas de Pequeno Porte, a pesquisa não identificou nenhuma empresa de médio e grande porte no município.

Quanto ao período de tempo que cada empresa está atuando no mercado, foi verificado que mais da metade, ou seja, 52% das empresas pesquisadas, já estão no mercado a pelo menos 8 anos, assim como demonstra a tabela 3.

Quando questionadas se possuem contabilidade, obteve-se um total de 99% de respostas positivas e apenas 1% de resposta negativa, a qual justificou não possuir contabilidade em função de não pretender permanecer com a empresa no mercado por muito tempo.

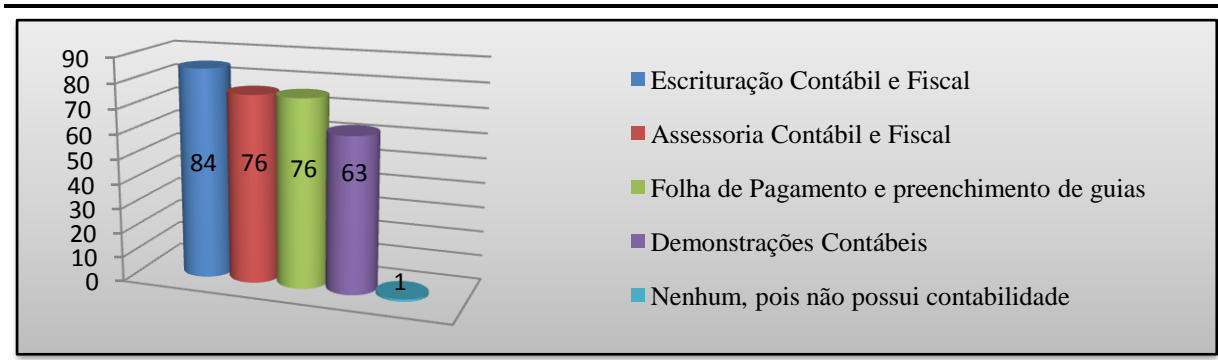


Figura 1 – Serviços oferecidos pelo profissional contábil às empresas pesquisadas
Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

Dos entrevistados que responderam possuir contabilidade, foi indagado sobre quais serviços contábeis são oferecidos aos mesmos por seus profissionais contábeis, seguindo a ordem de ocorrência conforme figura 1, os serviços mais oferecidos são: com 84 indicações, as respostas foram Escrituração contábil e fiscal; na seqüência, com 76 indicações, respectivamente, assessoria contábil e fiscal, folha de pagamento e preenchimento de guias; com 63 indicações, demonstrações contábeis, e por fim, 1 entrevistado indicou a opção nenhum, pois não possuem contabilidade.

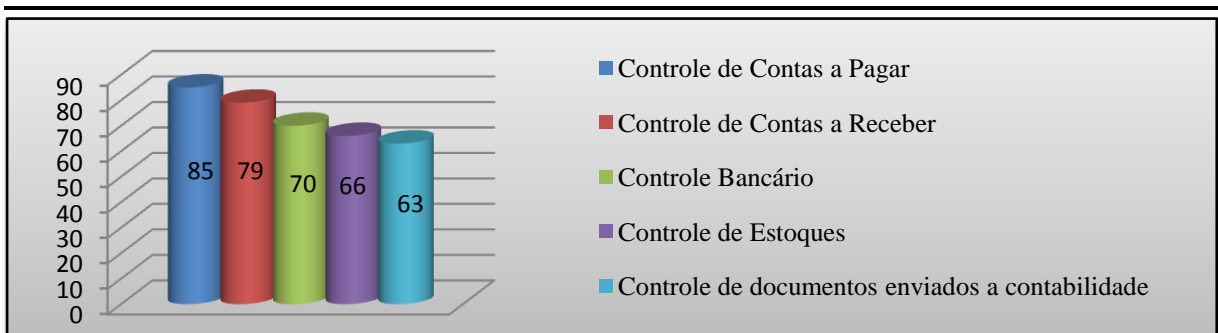


Figura 2 – Controles internos que as empresas pesquisadas possuem
Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

Questionados sobre quais controles internos são mantidos na empresa, as respostas obtidas em ordem de ocorrência por indicações foram: 85 afirmaram possuir controle de contas a pagar, 79 realizam controle das contas a receber, 70 possuem um controle bancário, 66 mantêm controle de seus estoques e 63 possuem um controle sobre os documentos que enviam a contabilidade, como evidencia a figura 2. Nota-se que as empresas, inclusive as micro, possuem em suas atividades os principais controles internos. O que a pesquisa busca verificar mais adiante é se esses controles estão auxiliando as empresas na separação dos patrimônios.

Um dos objetivos desta pesquisa, é analisar se o empresário está realizando a separação do patrimônio da empresa do seu patrimônio particular, para isso, a partir desta parte da entrevista, foram realizadas uma série de questionamentos que referem-se a procedimentos internos e rotineiros da empresa quanto ao tratamento de seu patrimônio.

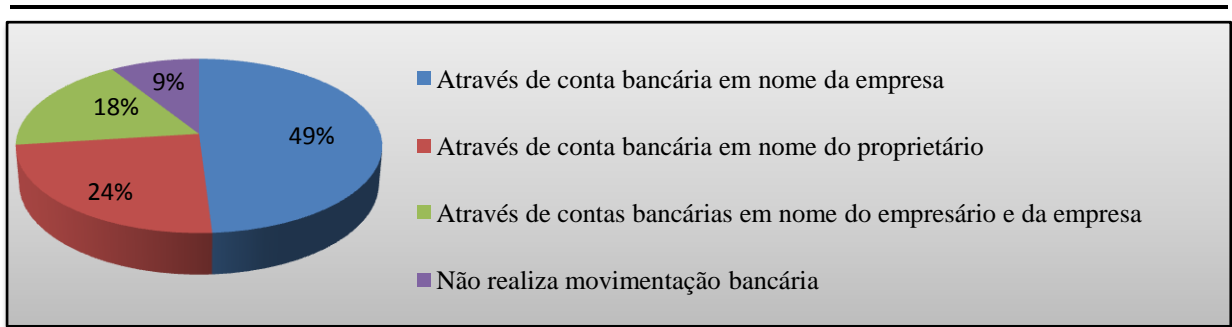


Figura 3 – Realização da movimentação bancária
Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

Em relação à movimentação bancária, foi questionado em que conta bancária é realizado tal procedimento, das respostas obtidas, 49% disseram utilizar somente conta bancária registrada em nome da empresa, já 24% responderam que a conta bancária utilizada pela empresa para realização de suas movimentações é a mesma do proprietário, 18% afirmaram manter a movimentação bancária da empresa em ambas as contas ao mesmo tempo, e por fim, 9% responderam não realizar movimentação bancária, assim como demonstra a figura 3. Percebe-se, que das empresas pesquisadas, 42% estão procedendo de maneira contrária à determinação do Princípio da Entidade, uma vez que vêm mantendo a movimentação bancária não somente em conta em nome da empresa, mas também em conta particular do empresário, fato esse que gera uma confusão quanto aos patrimônios envolvidos e que faz com que o mesmo perca a sua autonomia, criando uma dificuldade em apurar os resultados de cada um, podendo até mesmo distorcer tais dados.

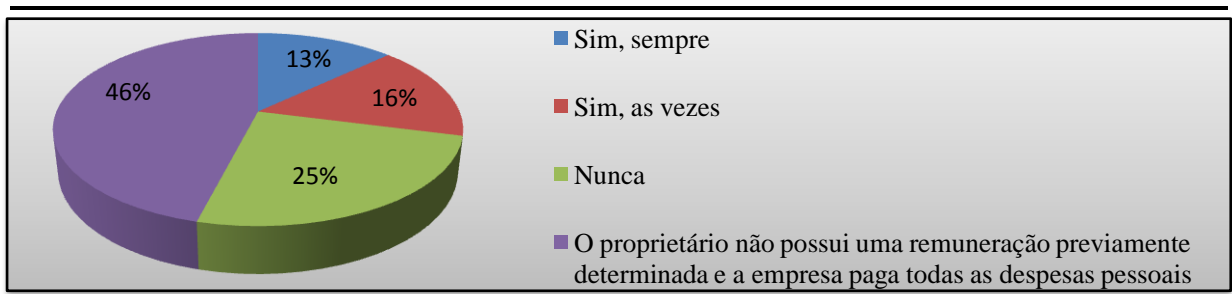


Figura 4 – Retirada de Pró-labore
Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

Um das formas de se evitar que o proprietário utilize-se de recursos da empresa para custear suas necessidades pessoais consiste na retirada do pró-labore pelo mesmo. Quando questionados se o proprietário realiza a retirada de uma remuneração mensal estipulada previamente, obteve-se um total de 45% de respostas afirmativas, e 55% responderam que o proprietário não possui uma remuneração. Em seguida, complementando o questionamento anterior, foi indagado se os proprietários realizam retiradas em dinheiro, além de sua remuneração mensal. Sendo que das respostas, obtidas apenas 25% dos entrevistados nunca efetuaram tal procedimento, como demonstra a figura 4, onde pode-se notar que o índice de entrevistados que responderam realizar retiradas indeterminadas, ou além do previamente estabelecido na empresa é muito alto, chegando a casa dos 75%, um dado preocupante, pois tal situação pode comprometer a situação financeira da empresa, e ao mesmo tempo demonstra a ocorrência de uma homogeneização dos patrimônios da empresa com o patrimônio do empresário.

Para fechar a seqüência de questionamentos referente a remuneração do proprietário, perguntou-se também, se os mesmos possuem outra renda além da empresa, com as respostas obtidas, constatou-se que 45% possuem rendas oriundas de outras atividades, e 55% somente têm a empresa como fonte de renda. O objetivo da questão é verificar se o empresário possui outra renda para custear despesas pessoais, e em caso negativo se utiliza o pró-labore para tal finalidade. Por meio da pesquisa, constatou-se que 36% dos empresários mesmo possuindo outra renda, ainda se utilizam de capital da empresa para custear despesas pessoais, como demonstra a figura 6.

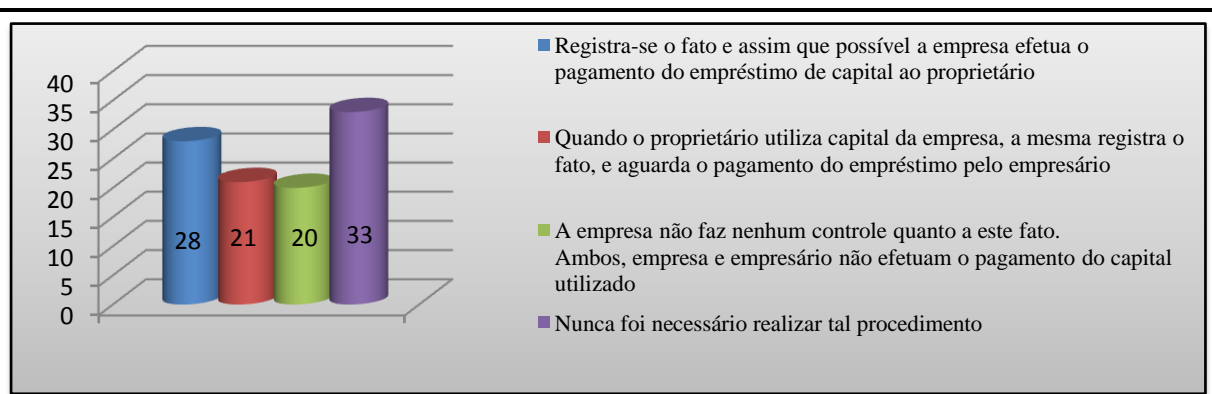


Figura 5 – Utilização de capitais para pagamento de dívidas

Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

A falta de recurso em caixa para quitar uma dívida é um fato que pode acontecer com qualquer empresa, e com isso ele pode recorrer a utilizar capital particular do proprietário para

sanar tal necessidade, o mesmo pode acontecer com o proprietário, ou seja, precisar utilizar capital da empresa para quitar uma dívida pessoal, em relação a este fato questionou-se aos entrevistados qual o procedimento adotado nesta situação, e as respostas obtidas em ordem de ocorrência foram: com 28 indicações, a resposta obtida foi que se a empresa utilizar capital do proprietário, o empréstimo é registrado e assim que possível realiza o pagamento do mesmo; com 21 indicações, disseram que quando utilizam capital da empresa, realizam o registro e efetuam o pagamento; 20 indicações afirmaram não ter nenhum controle quanto a este fato e que ambos, empresa e empresário não devolvem o capital utilizado, como evidenciado na figura 5. O procedimento correto a ser adotado nestas situações é o do registro e depois a devolução do capital. Desta maneira, estaria o empresário e a empresa realizando movimentações financeiras em seus patrimônios de forma independente, contudo, uma parcela significativa dos entrevistados não vêm procedendo desta maneira, o que torna duvidoso a rentabilidade de seus negócios, uma vez que um pode estar sobrevivendo a base de capital alheio ao seu.

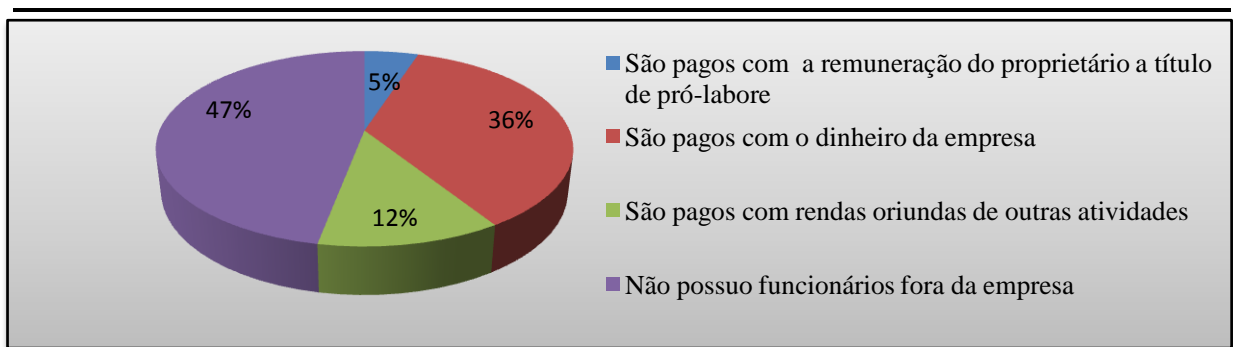


Figura 6 – Procedimento adotado pelos empresários para pagamento de funcionários particulares.
Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

Outro questionamento feito, foi quanto ao pagamento de funcionários que o proprietário possui fora da empresa, ou seja, qual a fonte do dinheiro utilizado para a realização deste pagamento, dos entrevistados, 36% responderam que pagam estes funcionários com o dinheiro da empresa, contra 17% que utilizam o seu pró-labore ou outras rendas, conforme evidencia a figura nº 6. Tal situação além de estar contrapondo ao exigido pelo Princípio da Entidade, pode também causar problemas de caixa à empresa, pois dependendo da quantidade de funcionários que o empresário possui em outras atividades, isso pode gerar uma despesa muito elevada para a empresa.

Na seqüência foi indagado ao entrevistado se alguma vez o proprietário efetuou alguma compra pessoal em nome da empresa e a nota fiscal foi enviada para a contabilidade

como se o produto adquirido fosse para a empresa, das respostas obtidas, 21% afirmaram já ter realizado este procedimento e 79% responderam que não. Quando um produto não for da empresa, este não deve ser contabilizado, pois procedendo desta maneira além de estar gerando um patrimônio inexistente para a empresa, também está ferindo o Princípio da Entidade.

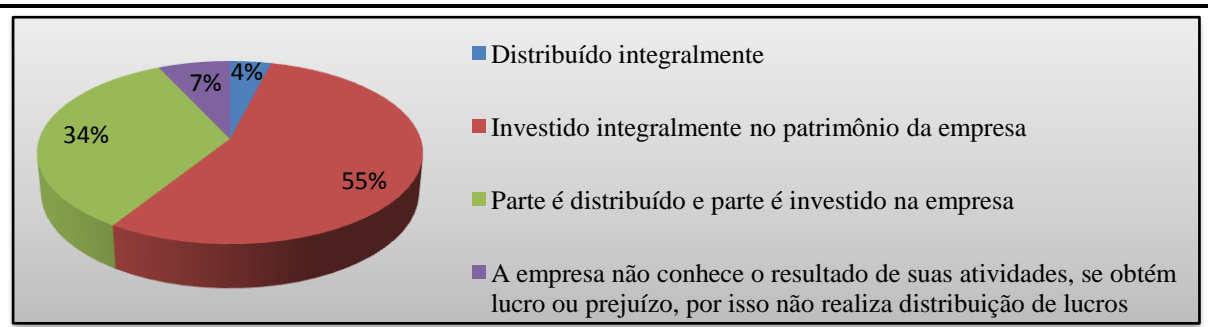


Figura 7 – Destinação do lucro nas empresas pesquisadas

Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

O lucro que a empresa obtém também foi alvo de questionamento, onde foi perguntado a destinação do mesmo, 4% dos entrevistados disseram que distribuem o lucro integralmente, 55% reinvestem o lucro obtido no patrimônio da empresa, 34% reinvestem parte na empresa e parte é distribuído e 7% não conhecem o resultado de suas atividades, se obtém lucro ou prejuízo, por isso não realizam distribuição de lucros, como é demonstrado na figura 7. Observa-se que a grande maioria das empresas pesquisadas conhecem o resultado gerado no negócio mesmo descumprindo em alguns fatos o Princípio da Entidade, o que, com tal situação, o resultado obtido pode não representar a realidade. Nota-se que um pequeno percentual não possui o conhecimento do resultado que suas empresas estão obtendo, ou seja, se está gerando lucro ou prejuízo, e até mesmo se está sobrevivendo a base de outros capitais.

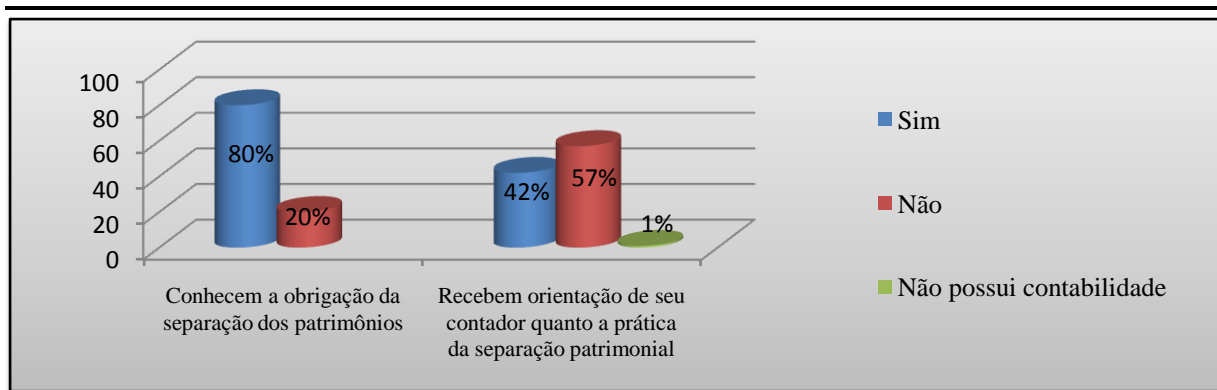


Figura 8 – Conhecimento e orientação profissional sobre o Princípio da Entidade

Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

Depois da análise de alguns procedimentos adotados pela empresa a fim de se constatar se o princípio da entidade vem sendo cumprido nas atividades internas da empresa, foi questionado aos entrevistados se eles possuem conhecimento sobre o que é exigido por este princípio, ou seja, a separação dos patrimônios da empresa com o patrimônio pessoal do proprietário, 80% afirmaram já conhecer esta obrigação e 20% não têm nenhum conhecimento referente a tal procedimento. Complementando a questão anterior, e finalizando a pesquisa, perguntou-se aos entrevistados se eles recebiam orientação de seus profissionais contábeis quanto a aplicação do Princípio da Entidade, 42% responderam que já receberam tais orientações, e 57% nunca receberam nenhuma orientação quanto a prática do princípio em análise.

Dos entrevistados que responderam conhecer a obrigação da separação patrimonial, muitos relataram que não a conheciam como uma determinação do Princípio da Entidade, de acordo com a Resolução nº 750/93 do CFC, mas sim através da experiência adquirida com o tempo no comércio, fato que é reforçado pela última questão, pois se comparado os dados contidos na figura 8 é perceptível que o percentual de entrevistados que afirmam conhecer tal obrigação com o percentual que afirmaram já ter recebido orientação de seus contadores quanto a este procedimento, possui uma diferença significativa, de 38%. Mesmo com este alto índice de afirmação quanto ao conhecimento sobre o assunto, muitos também relataram não conseguir cumprir na prática a distinção patrimonial, por diversos motivos onde uma das justificativas mais encontradas consiste em que a empresa é familiar e que a mesma é a única fonte de renda para a família, o que segundo os mesmos torna difícil realizar tal procedimento.

Como foi evidenciado pela pesquisa, mais da metade das empresas entrevistadas nunca receberam orientação de seus contadores quanto a prática do Princípio da Entidade, no entanto, é de fundamental importância que o mesmo preste tal serviço a seus clientes, para que estes possam conseguir conhecer os resultados que suas empresas vêm obtendo.

Dentre os que afirmaram não possuir o conhecimento sobre a distinção patrimonial, foi possível encontrar pessoas que mesmo depois da explicação dada pelo pesquisador sobre a importância e necessidade da realização deste procedimento, rejeitaram o mesmo dizendo que todos os patrimônios pertencem somente a ele, portanto, não existe a necessidade de manter um controle separado de cada um, já que todos os seus patrimônios são administrados com um objetivo comum que é o de gerar renda aos proprietários.

O quadro 3 demonstra a comparação dos resultados obtidos com a pesquisa entre as microempresas e empresas de pequeno porte, onde algumas das questões que visam a análise

da aplicação do Princípio da Entidade estão em evidência.

Quadro 3 – Comparativo das respostas obtidas com a pesquisa, de acordo com o porte das empresas

A movimentação bancária da empresa acontece de que forma?		
	ME	EPP
Através conta bancária em nome da empresa	45 %	72 %
Através conta bancária em nome do proprietário	25 %	14 %
Através contas bancárias em nome do empresário e da empresa	18 %	14 %
Não realiza movimentação bancária	11 %	-
O proprietário realiza a retirada de pró-labore?		
Sim	38%	79%
Não	62%	21%
O proprietário realiza retiradas em dinheiro além do valor de sua remuneração, para suprir necessidades pessoais?		
Sim, sempre	14%	7%
Sim, as vezes	16%	21%
Nunca	21%	43%
O proprietário não possui uma remuneração previamente determinada e a empresa paga todas as despesas pessoais		
	49%	29%
Em caso de emergência, onde se faz necessário utilizar capital particular para o pagamento de alguma dívida da empresa e quando o proprietário necessita utilizar capital da empresa para pagamento de gastos pessoais, qual o procedimento adotado pela empresa nestes casos? (por indicações)		
Registra-se o fato e assim que possível a empresa efetua o pagamento do empréstimo de capital ao proprietário;	22	6
Quando o proprietário utiliza capital da empresa, a mesma registra o fato, e aguarda o pagamento do empréstimo pelo empresário	15	6
A empresa não faz nenhum controle quanto a este fato. Ambos, empresa e empresário não efetuam o pagamento do capital utilizado	18	2
Nunca foi necessário realizar tal procedimento	28	5
Como é realizado o pagamento de funcionários que o proprietário possui fora da empresa, ou seja, pessoas que trabalham em sua residência ou em outras propriedades?		
São pagos com a remuneração do proprietário a título de pró-labore	1%	21%
São pagos com o dinheiro da empresa	37%	36%
São pagos com rendas oriundas de outras atividades	11%	14%
Não possui funcionários fora da empresa	51%	29%
Já foram realizadas compras pessoais (proprietário) em nome da empresa, e a nota fiscal foi enviada para contabilidade como se a compra fosse para a empresa?		
Sim	24%	7%
Não	75%	93%
Não possui contabilidade	1%	-
Conhece a obrigação da separação patrimonial?		
Sim	79%	86%
Não	21%	14%
Já recebeu alguma orientação de seu contador referente ao que é exigido pelo princípio da Entidade?		
Sim	38%	71%
Não	61%	29%

Fonte: Pesquisado pelo autor (2008)

Nota-se que existe um índice de organização maior entre as empresas de pequeno porte em relação as microempresas, principalmente no que se refere a movimentação bancária e retiradas de valores, contudo, ambas estão no mesmo patamar quanto ao pagamento de

funcionários particulares do proprietário com recursos da empresa.

No ponto conhecimento do que é exigido pelo princípio da entidade, a diferença entre ambas é pequena, porém a orientação profissional contribuiu para este conhecimento mais nas pequenas empresas, já as microempresas segundo dados da pesquisa, o conhecimento foi adquirido nas atividades do comércio.

Mesmo com a assessoria profissional, observa-se que as empresas não estão atendendo ao Princípio da Entidade em alguns fatos, o que necessita de maior persistência por parte do profissional quanto à conscientização da importância da separação dos patrimônios, visando a obtenção de resultados autônomos em cada atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade são essenciais para o exercício da profissão contábil, uma vez que os mesmos norteiam e padronizam todo o processo, além de que se aplicados corretamente dão toda a segurança ao patrimônio da entidade promovendo desta forma a sua continuidade.

O Princípio da Entidade, além de reconhecer o patrimônio da entidade como objeto de estudo da contabilidade, tem como objetivo promover a separação do mesmo perante um universo de patrimônios que possam o empresário vir a possuir. Buscando com isso a geração de resultados autônomos para cada um destes patrimônios, bem como a formação de dados confiáveis pela contabilidade sobre o real estado em que se encontra a entidade.

Para que a empresa possa efetuar esta separação, é de fundamental importância que ela adote controles internos em suas atividades, pois estes servem como um filtro, mostrando as falhas que estão ocorrendo dentro da entidade, norteando os proprietários ou administradores para solucioná-las, e que não venham a causar danos ao funcionamento da entidade.

Por meio da pesquisa pode-se constatar que todas as empresas ouvidas, possuem pelo menos um controle interno em suas atividades, o que ainda é pouco, pois são necessários vários procedimentos para que se possa ter uma segurança maior sobre o patrimônio.

A pesquisa evidenciou que 80% dos empresários possuem o conhecimento de que devem administrar cada um de seus patrimônios distintamente, entretanto a pesquisa revelou que no dia-a-dia, na administração da empresa este conhecimento não é aplicado, onde elas pagam despesas pessoais com o caixa da empresa e movimentação bancária em nome do proprietário.

Outro fato importante constatado na pesquisa foi a falta de orientação dos contadores a

seus clientes quanto a forma correta de se proceder com seus patrimônios.

Dentre os portes de empresas pesquisados, nota-se que as empresas de pequeno porte estão com nível superior às microempresas no que se refere ao tratamento de seus patrimônios, mesmo estando os dois portes quase que no mesmo patamar quanto ao conhecimento por parte de seus proprietários ou administradores do que é exigido pelo princípio em exame.

O Princípio da Entidade não é uma obrigação que deve ser cumprida apenas pelos contadores nos registros contábeis, devem estar os proprietários das entidades sempre se preocupando em manter a autonomia do patrimônio, uma vez que assim feito estarão os mesmos conseguindo obter os verdadeiros resultados que suas empresas estão gerando.

Uma vez que a pesquisa apontou que as empresas de pequeno porte possuem um nível organizacional de seu patrimônio superior ao das microempresas, e como não foi possível localizar durante a mesma nenhuma empresa de médio e grande porte no município, como tema para pesquisas futuras, sugere-se verificar se o porte das empresas influencia na aplicação do Princípio da Entidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ATTIE, Willian. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BESERRA, José Jandilson Filgueiras. **Princípios Fundamentais de Contabilidade, segundo a Resolução 750/1993 do Conselho Federal de Contabilidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 1999.

BNDES. Carta **Circular nº 64/2002 de 14 de outubro de 2002**. Disponível em: <www.bndes.gov.br/produtos/download/02cc64.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2008.

BRASIL. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/Ant2001/lei924995.htm>> acesso em: 25 de maio de 2008.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 29 de abril de 2008.

_____. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Alterada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.ht>> acesso em: 25 de maio de 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.** Disponível em:
<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=principendice1>> Acesso em: 10 de out. de 2007.

_____. Resolução CFC Nº 774. de 16 de dezembro de 1994. **Aprova o apêndice à resolução sobre os princípios fundamentais de contabilidade.** Disponível em:
<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=princbase>> Acesso em: 10 de out. de 2007.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BRENDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. Contagem da População 2007. Disponível em:
<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf> Acesso em: 08 de junho de 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LIMA, Bárbara Bruna Mathias; SANTOS, Regiane Nascimento; BARBAIS, Jovana Rufino. **Contabilidade: Um Estudo Histórico sobre a Evolução desta Ciência:** Três Lagoas, 2007. Disponível em:
<http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php?id=1391&query=Contabilidade:%20Um%20Estudo%20Hist%F3rico%20sobre%20a%20Evolu%E7%E3o%20desta%20Ci%EAncia> Acesso em: 25 de Maio de 2008.

MACHADO, Julio Henrique. **Controle interno: revisão teórica e estrutura conceitual:** 2007. Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/print_art.php?id=1161> Acesso em: 25 de maio de 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MORAIS, Márcia Valéria da Silva. **O uso do controle interno como ferramenta de gestão:** Itabuna, 2008. Disponível em:
<http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php?id=1518&query=O%20uso%20do%20control%20interno%20como%20ferramenta%20de%20gest%E3o> Acesso em: 25 de maio de 2008

NAGATSUKA, Divane Alves da Silva; TELES, Egberto Lucena. **Manual de Contabilidade Introdutória**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OLIVEIRA, Leticia Lopes de; LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. **Estudo dos fatores que determinam a não aplicação do Princípio da Entidade pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros (MG)**: Montes Claros, 2006. Disponível em: <www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/40.pdf> Acesso em: 15 de ago. de 2007.

ORRÚ, Mussolini; **Contabilidade Geral – Fundamentos**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RAPOZO, Flávia de Oliveira. **O uso das informações contábeis para fins gerenciais -nas micro e pequenas empresas de Teresópolis**: Teresópolis, 2004. Disponível em: <www.classecontabil.com.br/trabalhos/MonografiaFRapozo.doc > Acesso em: 25 de maio de 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Contabilidade Geral**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; MACHADO, Nilson Perinazzo. **Fundamentos da Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2005.

SEBRAE, **Como separar as contas da pessoa física e pessoa jurídica?**. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/principal/abrindo%20seu%20neg%F3cio/orienta%E7%F5es/criteria%E7%E3o%20de%20empresas/operacionaliza%E7%E3o/oper07juri.aspx>>. Acesso em: 04 de abril de 2008.

_____, **Critérios para Definição do Porte das Empresas**. Disponível em: <<http://www.ms.sebrae.com.br/OrientacaoEmpresarial/estudos/>> Acesso em: 11 de junho de 2008.

OBRAS CONSULTADAS

BORGES, Creunice et al. **Manual de Orientações para Elaboração e Apresentação de Artigos de Conclusão de Curso: cursos de Administração e Ciências Contábeis**. Cacoal: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Nome do entrevistado: _____

1 – Qual o seu vínculo com a empresa?

- Proprietário
- Gerente

2 – Qual o porte da Empresa?

- Microempresa
- Pequeno Porte
- Médio Porte
- Grande Porte

3 - A quanto tempo a empresa está no mercado?

- 0 a 2 anos
- 2 a 4 anos
- 4 a 8 anos
- 8 a 10 anos
- 10 a 15 anos
- + de 15 anos

4 – A empresa possui Contabilidade?

- Sim
- Não

Se negativo justificar a resposta _____

5 – Quais destes serviços são oferecidos pelo profissional contábil a sua empresa?

- Escrituração Contábil e fiscal
- Demonstrações Contábeis
- Assessoria Contábil e fiscal
- Folha de Pagamento e preenchimento de guias
- Nenhum, pois não possui contabilidade

6 – Quais destes controles internos a empresa possui?

- Controle de contas a pagar
- Controle de Contas a receber
- Controle de documentos enviados a contabilidade
- Controle bancário
- Controle de estoques
- Outros _____

7 – A movimentação bancária da empresa acontece de que forma?

- Através de conta bancária em nome da empresa
- Através de conta bancária em nome do proprietário
- Através de contas bancárias em nome do empresário e da empresa
- Não realiza movimentação bancária

8 – O proprietário realiza a retirada de uma remuneração mensal, estipulada previamente, conhecida como pró-labore?

- sim
- não

9 – O proprietário realiza retiradas em dinheiro além do valor de sua remuneração, para suprir necessidades pessoais?

- sim, sempre
- sim, as vezes
- nunca
- O proprietário não possui uma remuneração previamente determinada e a empresa paga todas as despesas pessoais

10 – O proprietário possui outra fonte de renda, além da empresa?

- sim
- não

11 – Em caso de emergência, onde se faz necessário utilizar capital particular para o pagamento de alguma dívida da empresa e quando o proprietário necessita utilizar capital da empresa para pagamento de gastos pessoais, qual o procedimento adotado pela empresa nestes casos?

- Registra-se o fato e assim que possível a empresa efetua o pagamento do empréstimo de capital ao proprietário;
- Quando o proprietário utiliza capital da empresa, a mesma registra o fato, e aguarda o pagamento do empréstimo pelo empresário;
- A empresa não faz nenhum controle quanto a este fato. Ambos, empresa e empresário não efetuam o pagamento do capital utilizado.
- Nunca foi necessário realizar tal procedimento

12 – Como é realizado o pagamento de funcionários que o proprietário possui fora da empresa, ou seja, pessoas que trabalham em sua residência ou em outras propriedades?

- São pagos com a remuneração do proprietário a título de pró-labore.
- São pagos com o dinheiro da empresa;
- São pagos com rendas oriundas de outras atividades;
- Não possuo funcionários fora da empresa

13 – Já foram realizadas compras pessoais (proprietário) em nome da empresa, e a nota fiscal foi enviada para contabilidade como se a compra fosse para a empresa?

- Sim
- Não
- Não possui contabilidade

14 – Qual a destinação do lucro obtido pela empresa?

- Distribuído integralmente;
- Investimento integralmente no patrimônio da empresa;
- Parte é distribuído e parte é investido na empresa;
- A empresa não conhece o resultado de suas atividades, se obtém lucro ou prejuízo, por isso não realiza distribuição de lucros.

15 – A contabilidade possui procedimentos padrões que são impostos através dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e um desses procedimentos, que é imposto pelo Princípio da Entidade consiste em que o patrimônio que está registrado como pertencente a empresa não pode ser misturado com o patrimônio particular do proprietário. O Senhor(a) é conhecedor desta obrigação?

- sim
- não

16 – O Senhor(a) já recebeu alguma orientação de seu contador referente ao que é exigido pelo princípio da Entidade?

- Sim
- Não
- Não possui contabilidade

ANEXOS

ANEXO A – Ofício da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE -RO
DEPARTAMENTO DE RECEITA CADASTRO E FISCALIZAÇÃO
DIVISAO DE RECEITA

OFICIO 006/2008

REF: RESPOSTA AO OFICIO 082/2008/DACC .

Alta Floresta D'Oeste, 26 de Mio de 2008

Prezado Senhora:

Sirvo – me do presente para informar a Vossa Senhoria que até o presente momento contamos com aproximadamente 450 empresas em atividade neste município, conforme solicitado.

Sem Mais,

Atenciosamente,

AO
ILMA SR^a PROF^a Ms. SUZENIR AGUIAR DA SILVA
CHEFE DO DEPTº DE ADM. C. CONTABEIS
CAMPUS DA UNIR /CACOAL - RO.


Roberto Maciel de Lucena
Diretor da Divisão de Receitas
Alta Floresta D'Oeste - RO
Decreto Nº 195